

# **COMISSÃO VIAÇÃO E TRANSPORTES**

## **REQUERIMENTO Nº , DE 2019**

Requer a realização de uma Mesa Redonda na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte/MG destinada a discutir o estado atual e as possíveis melhorias para o Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo circunscrito na cidade de Belo Horizonte (MG).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III e 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Mesa Redonda na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte/MG destinada a discutir o estado atual e as possíveis melhorias para o Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo circunscrito na cidade de Belo Horizonte (MG).

Para tanto, gostaríamos de sugerir os seguintes convidados, que poderão apresentar relevantes informações sobre o tema:

- 1. Representante do DNIT/MG**
- 2. Representante do DER**
- 3. Representante da AGU**
- 4. Representante da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais**
- 5. Representante da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas**
- 6. Representante da Via-040 ou Invepar**

## JUSTIFICATIVA

A realização da requerida Mesa Redonda se faz necessária no sentido de debater a situação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, estrutura construída há mais de meio século, visando desafogar o crescente tráfego de carga que transitava pelo centro da cidade. Atualmente, o fluxo diário é de, em média, 160 mil veículos/dia. A via tem origem na união das rodovias BR-262 e BR 381 no encontro nas rodovias BR 040 e BR-356.

Nos últimos dez anos, a quantidade de pessoas aumentou cerca de 4,5%, enquanto a frota de veículos cresceu mais de 80%, o que impacta diretamente no fluxo de carros e caminhões na região, e consequentemente causado grandes congestionamentos, implicando em um gasto de tempo grande para que se possa percorrer curtas distâncias.

Obras de reforma e ampliação do anel estão há muito planejadas, mas encontram-se essas frequentemente suspensas e/ou adiadas em virtude de denúncias de irregularidades no edital e de desvio de verbas junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), órgão federal prioritariamente responsável pela via, além de impasses acerca da remoção das ocupações.

Diversas medidas foram tentadas, tanto pelo governo federal, quanto estadual e municipal para tentar solucionar o problema, isso posto, no âmbito das competências desta Comissão, entendemos que a medida é de extrema importância e pedimos a colaboração dos nobres pares para a aprovação do requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado LUCAS GONZALEZ